

RESENHA

Um sindicalismo como nunca antes na história deste país

José Luiz Soares*

OLIVEIRA, Roberto Vêras; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. 1ª Edição, Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, 401 p.

Palavras-chave: Sindicalismo – Trabalho – Governo Lula

Keywords: Unionism – Labor – Lula’s government

345

A chegada de Lula da Silva à Presidência da República, em 2003, marcou o início de uma era do sindicalismo brasileiro. Nunca antes na história deste país um ex-dirigente sindical havia assumido a posição de chefe de Estado. Vivia-se no Brasil uma conjuntura de graves problemas econômicos (com recessão, crise fiscal e altas taxas de desemprego), de redução do papel do Estado, de derrota da esquerda na “batalha de ideias” contra o “consenso neoliberal” e de profundas mudanças nas relações de trabalho. Havia uma grande expectativa do quanto desse cenário o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) poderia reverter. No campo do trabalho ansiava-se por melhores condições de atuação para o sindicalismo, pela recuperação de direitos perdidos nos últimos anos e por uma melhoria nas condições de trabalho, que vinham sendo afetadas por formas de gestão que combinavam flexibilização, intensificação do trabalho e maus-tratos. Passados doze anos e três gestões presidenciais, o livro “O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares” é, talvez, a obra de maior fôlego escrita até o momento sobre o sindicalismo praticado durante os governos do PT, considerando-se a diversidade de perspectivas sob as quais o tema é nele analisado, o quadro de controvérsias apresentado e a variedade de olhares, ora mais críticos ora mais positivos.

O livro possui doze artigos, distribuídos em duas partes. Na primeira delas, as relações laborais e sindicais são abordadas de maneira mais genérica. Os títulos falam por si e são bem sugestivos das temáticas abordadas, que abrangem desde os dilemas experimentados pelo conjunto do sindicalismo brasileiro nos anos recentes, até a dinâmica entre os diversos grupos políticos atuantes nos meios sindicais, passando por seus mecanismos de ação e pela percepção política de seus membros. São eles:

* Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

1. “O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas”, de Ângela Maria Carneiro Araújo e Roberto Vêras de Oliveira;
2. “A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000”, de Mario Henrique Guedes Ladosky, José Ricardo Ramalho e Iram Jácome Rodrigues;
3. “Olhares sindicais sobre o governo Lula: a percepção dos dirigentes sindicais”, de Marcos Ferraz e Maria Aparecida Bridi;
4. “A CSP-conlutas em perspectiva”, de Andréia Galvão e Patrícia Trópia;
5. “As relações entre sindicalismo e fundos de pensão no governo Lula”, de Sidartha Sória e Silva; e
6. “O sindicalismo em questão em tempos de austeridade”, de Hermes Augusto Costa.

Já os artigos da segunda parte tratam da questão sindical de maneira mais específica, analisando as respostas que os sindicatos de certas categorias e ramos de atividade deram às profundas transformações vividas nos mundos do trabalho nas últimas décadas. São eles:

7. “As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil”, de José Dari Krein e Marilane Oliveira Teixeira;
8. “O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências”, de Leonilde Servolo de Medeiros;
9. “Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação”, de Marcos Ferraz e Julián Gindin;
10. “O sindicalismo telefônico do Rio de Janeiro na era Lula: orientações e práticas”, de Marco Aurélio Santana e Paula Jatahy;
11. “As ambivalências das conquistas: os dilemas do Sindicato dos Bancários de São Paulo na era Lula”, de Paulo Fontes e Francisco Macedo; e
12. “Quem somos, de que lugar falamos e por quais ideias nos mobilizamos: o perfil das lideranças do sindicato nacional dos docentes do ensino superior (ANDES-SN)”, de Patrícia Vieira Trópia, Darcilene Claudio Gomes, Sidartha Sória e Silva, Leonardo Barbosa e Silva e Edilson José Graciolli.

Mas que (ou quais) sindicalismo(s) desponta(m) desses múltiplos e variados artigos? As análises apontam para quais dilemas e para quais respostas dadas pelos movimentos sindicais ao longo dos oito anos de governo Lula?

É um lugar comum que a eleição de um presidente com laços históricos com o sindicalismo tornou mais complexas as relações entre sindicatos, partidos e governo no Brasil. Fez-se situação de um sindicalismo que até então era oposição. Novos problemas e tensões advieram daí. Dirigentes sindicais vieram a ocupar postos no sistema burocrático do governo federal. E, desde cedo, o apoio aberto de uma parcela significativa dos sindicalistas ao governo despertou dúvidas quanto à autonomia com que os sindicatos atuariam.

Mas nem tudo é tão evidente. Primeiramente, cumpre ressaltar que os sindicalistas não se posicionaram em uníssono perante o governo. Grosso modo, duas compreensões muito distintas dos processos políticos na era Lula se opuseram no espaço público. Uma parcela dos sindicalistas partiu da compreensão de que

aquele era um “governo de coalizão” (isto é, representante não apenas dos interesses dos trabalhadores, mas também dos setores industriais e financeiros, além de submetido às pressões dos setores mais *fisiológicos* da política partidária brasileira) e que, portanto, precisava ser disputado. Concebia-o, nesses termos, como uma oportunidade histórica de avançar nas conquistas de direitos e procurou atuar próximo a ele, influenciando-o, mesmo que essa proximidade tenha posto em xeque a autonomia sindical. Outra parcela do sindicalismo optou por atuar de maneira mais autônoma. Deu menor importância às possibilidades político-institucionais que o governo Lula oferecia e fez oposição frontal a ele, uma vez que considerava sua política neoliberal e conciliadora com os *interesses do capital* (ver Araújo e Oliveira; Ladosky *et alii*; Costa; Fontes e Macedo). Vale ressaltar que alguns artigos vão mais a fundo nesse tema e fornecem um perfil ideológico de dirigentes sindicais e percepções a respeito dos governos Lula de maneira mais detalhada (Ferraz e Bridi; Galvão e Trópia; Trópia *et al*).

As entidades sindicais despontam no livro como atores importantes nas disputas políticas nacionais durante a era Lula. A maior parte das análises faz uma digressão ao cenário das relações de trabalho e sindicais no Brasil dos anos 1980 e 1990 a fim de esboçar um quadro comparativo e um fluxo de mudanças que permita melhor compreender o cenário laboral e sindical dos anos 2000. Deduz-se que, em comparação com as décadas imediatamente anteriores, a conjuntura vivida nos anos 2000, com crescimento econômico, diminuição do desemprego e formalização do emprego, favoreceu as ações sindicais.

Vários artigos do livro demonstram que dois padrões de atuação sindical se fizeram presentes nesse cenário: um mais negociador e propositivo; outro mais conflitivo (Araújo e Oliveira; Ladosky *et alii*; Galvão e Trópia; Trópia *et al*; Costa). Os setores dominantes do sindicalismo brasileiro vêm primando pelo padrão de atuação mais negociador. Essa tendência precede a era Lula, mas, em parte, a preponderância da ação negociadora e propositiva se deveu também ao fato de que seu governo ampliou o diálogo com as organizações sindicais, inclusive com a criação de espaços de concertação social. De qualquer forma, não se deduz daí que o sindicalismo “pacificou-se” de todo. Aquilo a que Costa chama, em seu artigo, de “eficácia conflitiva” (em oposição a uma “eficácia negociadora”) foi frequentemente acionado na história recente do sindicalismo brasileiro. Seja por iniciativa dos setores dominantes nos meios sindicais, que por vezes oscilaram de um padrão de ação negociador para um padrão conflitivo (e nesse caso o conflito é uma maneira de favorecer a retomada de um processo de negociação que falhou em um primeiro momento); seja por parte dos setores minoritários, que preconizaram um padrão de atuação sindical essencialmente conflitivo e radical.

Segundo a maioria dos autores, o sindicalismo na era Lula resultou em conquistas significativas. O protagonismo sindical pode ser atestado, por exemplo, nos processos que resultaram na política de valorização dos salários mínimos, negociada entre o governo e as centrais sindicais, e nas conquistas inscritas nos contratos coletivos negociados diretamente com o patronato (Araújo e Oliveira; Ladosky *et alii*; Krein e Teixeira; Santana e Jatahy; Fontes e Macedo); na participação do sindicalismo discente no processo histórico de construção das leis do FUNDEB e do Piso Salarial Profissional Nacional (Ferraz e Gindin); pelo papel dos sindicatos rurais na conquista do aumento de recursos destinados à agricultura familiar, bem como no acesso e planejamento do uso destes recursos (Medeiros); pela inserção de dirigentes sindicais nos conselhos gestores dos fundos de pensão, organizações estas que desempenharam uma função fundamental no mod-

elo de desenvolvimento econômico adotado nos últimos anos (Silva); ou, de certa forma, pelo surgimento de grupos sindicais minoritários organizados em torno de posicionamentos mais críticos ao neoliberalismo e mais radicalmente anticapitalistas do que os verificados nos grupos majoritários (Galvão e Trópia).

Contudo, não há consenso quanto ao grau de importância dessas conquistas, nem entre os autores dos artigos, nem entre os dirigentes sindicais. Araújo e Oliveira apontam que o sindicalismo não teve força suficiente para pautar os debates políticos tal como ocorreu em outros tempos e se colocou, grosso modo, em uma atitude passiva, aguardando as iniciativas do governo, conseguindo no máximo administrar uma agenda de negociações diretas. Ladosky *et alii*, assim como Krein e Teixeira, apresentaram um sindicalismo ativo, capaz de obter ganhos na remuneração do trabalho, mas não de debelar a precariedade e os processos de flexibilização das relações de trabalho em voga desde os anos 1990, e com os quais o próprio governo Lula teria contribuído. Entre os dirigentes sindicais entrevistados por Ferraz e Bridi, alguns afirmam que a era Lula foi marcada por “recuos” nas questões trabalhistas e sindicais, outros enfatizam que houve “avanços” e entraves que impediram o governo e o sindicalismo de progredir mais em relação a suas bandeiras. Ferraz e Gindin, por sua vez, apontam para o avanço de diretrizes de inspiração tecnocrática e neoliberal que estruturam o sistema de ensino no Brasil de forma pouco virtuosa, segundo o ponto de vista do sindicalismo docente. Já Silva defende que há incompatibilidades entre os interesses dos trabalhadores representados por dirigentes sindicais nos conselhos gestores dos fundos de pensão e a busca destes fundos por rentabilidade. E Medeiros, que os avanços no campo com incentivos à agricultura familiar ocorreram *pari passu* aos efeitos deletérios do agronegócio e à manutenção dos entraves do acesso à terra. Todos estes diagnósticos são, em alguma medida, expressão da ambiguidade dos governos petistas, que procuraram contemplar e conciliar interesses contraditórios (de neoliberais e de desenvolvimentistas; de trabalhadores, de industriais e de agentes do setor financeiro; dos sem-terra e pequenos agricultores e dos barões do agronegócio etc.).

Da mesma forma não há consenso entre os autores na avaliação do caráter das relações entre sindicalismo e governo na era Lula. Para uns, o sindicalismo aparece como cooptado e dócil não só ao governo, mas também ao capital. Para outros, a proximidade com o governo trouxe consigo determinados dilemas, porém os sindicatos estiveram ativos e capazes de combinar ações de diversos tipos, por vezes de forma crítica às políticas governamentais.

Outro tema abordado em vários artigos foi a pulverização das organizações sindicais no Brasil. Este fenômeno, que vinha se manifestando desde a promulgação da Constituição de 1988 principalmente em sindicatos de base, durante os governos Lula, ocorreu intensamente também nas organizações de cúpula (Araújo e Oliveira; Ladosky *et alii*; Galvão e Trópia; Medeiros; Ferraz e Gindin). A fragmentação sindical teve origens diversas. Uma delas foram as disputas no seio do sindicalismo quanto a quais posicionamentos tomar diante do governo Lula, as quais levaram a um aumento sensível nas tensões entre grupos políticos, que já então eram históricas. Os conflitos entre esses grupos deram origem a novas centrais sindicais, confederações e federações, aumentando a pluralidade nas organizações de cúpula. Outra origem foi a mini-reforma sindical aprovada na era Lula, que provocou rearranjos entre os grupos políticos atuantes nos meios sindicais e a criação de novas centrais sindicais.

Além da pulverização das organizações sindicais, o problema da fragmen-

tação pesou sobre a representação sindical de outras maneiras. Krein e Teixeira chamam a atenção para o fato de que nos governos Lula reafirmou-se uma tendência em voga desde os anos 1990 de descentralização dos processos de negociação coletiva com o patronato, fortalecendo as tratativas mais próximas ao nível da empresa. Já Medeiros observa a consolidação de uma tendência, iniciada nos anos 1980, na qual grupos formados em torno de questões étnicas e territoriais (quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e outros), antes tidos como “trabalhadores rurais” no enquadramento sindical, demandaram o reconhecimento de suas particularidades e o enquadramento em novas categorias. Isso, quando não levou ao rompimento com os sindicatos rurais, contribuiu para aprofundar a crise de representação sindical.

Todavia, as tendências de fragmentação coexistiram com novidades como o incremento de redes sindicais por empresa, a formação de espaços macros tripartites para a negociação de políticas públicas, os acordos macros e, já no governo Dilma, os Acordos Marcos Globais com empresas multinacionais. Ademais, em diversos momentos, a fragmentação sindical foi contrabalançada por convergências programáticas e práticas desenvolvidas entre organizações de cúpula (Medeiros; Ladosky *et alii*).

Em suma, ao fim da leitura, fica a certeza de que o livro consiste numa rica contribuição para o entendimento tanto dos dilemas postos ao sindicalismo brasileiro quanto das respostas que ele tem dado a seus percalços. Consiste também num convite a pensar sobre a necessidade de renovar (ainda mais) o sindicalismo com o intuito de melhor enfrentar tais percalços. Como diz Costa, isso passa pela renovação tanto do quadro de dirigentes sindicais quanto de discursos, práticas e mecanismos de hierarquia organizacional. E, se o conhecimento das singularidades da realidade trabalhista e sindical brasileira importa nesse sentido, também por isto o livro é um contributo importante.

Recebido em 22/11/2014

Aprovado em 02/12/2014

